



**ACÓRDÃO Nº943/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11174/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Alex Del Giglio (Ordenador de Despesa), Arthur de Brito Alencar Cavalcante (Ordenador de Despesa), Marcos Paulo Araújo Vale (Ordenador de Despesa)
- 4- **Advogado:** Não Possui
- 5- **Órgão:** Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM
- 6- **Exercício:** 2016
- 7- **Unidade Técnica:** DICA I
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4451/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Regularidade. Multa. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, exercício de 2016, de responsabilidade do Sr. Arthur de Brito Alencar Cavalcante, Diretor de Administração, Finanças e Tecnologia, e do Sr. Marcos Paulo Araújo Vale, Diretor de Crédito, responsáveis pelo período de 01.01.2016 a 21.11.2016, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 22, II, e art. 24 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, exercício de 2016, de responsabilidade Sr. Alex Del Giglio, Diretor Presidente durante o período de 22.11.2016 a 31.12.2016, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 22, I, e art. 23 da Lei 2.423/96;



**ACÓRDÃO Nº943/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. Arthur de Brito Alencar Cavalcante, no valor de **R\$ 2.500,00** (dois mil e quinhentos reais), com base no art. 308, VII, do Regimento Interno desta Casa, em razão das impropriedades consideradas não sanadas no conteúdo Relatório Conclusivo nº 12/2019-DICAI, cuja quantia deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. Marcos Paulo Araújo Vale no valor de **R\$ 2.500,00** (dois mil e quinhentos reais), com base no art. 308, VII, do Regimento Interno desta Casa, em razão das impropriedades consideradas não sanadas no conteúdo Relatório Conclusivo nº 12/2019-DICAI, cuja quantia deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.5. Dar ciência** desta decisão aos responsáveis pela Prestação de Contas Anual da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S. A. - AFEAM, exercício de 2016;
- 10.6. Arquivar** o presente processo nos termos regimentais, após tomadas as providências devidas.

**11- Ata:** 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 2 de Outubro de 2019



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº943/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1. Declaração de Impedimento:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral